
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ÂNGELO

SEC. DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
DECRETO Nº 4.093, DE 27 DE JANEIRO DE 2022

Altera-se o Decreto nº. 4.072 de 23 de novembro de 2021 e suas alterações, e dá outras providências.

CONSIDERANDO que houve um rápido aumento de casos confirmados de coronavírus;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde – OMS, reforçou o alerta sobre o aumento de casos de COVID-19 no mundo;

CONSIDERANDO que a nova variante Ômicron tem uma célere disseminação e representa alto risco, já que tem maior capacidade de driblar a proteção vacinal;

CONSIDERANDO que há poucos leitos disponíveis no Hospital de Santo Ângelo - ala COVID-19;

CONSIDERANDO que vários profissionais da saúde tiveram que ser afastados em razão da COVID-19;

CONSIDERANDO o aumento no valor dos insumos médicos;

CONSIDERANDO que hoje há mais casos diários que no mês de maio de 2021;

CONSIDERANDO a curva crescente no mês de janeiro e prevista ainda no início de fevereiro deste ano;

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 84, IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Alteram-se os §§ 1º, 2º, 3º e 4º e acrescenta-se o §5º ao art. 3º do Decreto nº. 4.072 de 23 de novembro de 2021, os quais passam a ter a seguinte redação:

“Art. 3º É obrigatória a observância dos seguintes protocolos:
(...)

§1º Em missas, cultos e serviços religiosos é obrigatório o uso de máscaras, disponibilização de álcool em gel no mínimo 70%, capacidade máxima de pessoas de até 50% do PPCI e a ocupação intercalada de assentos com distanciamento mínimo de 2m entre as pessoas, exceto quando pessoas do mesmo grupo familiar.

§2º Em restaurantes, eventos, festas, bares, e similares, é obrigatório a disponibilização de álcool em gel no mínimo 70%, o distanciamento mínimo de 2m (dois metros) entre as mesas, com capacidade máxima de pessoas de 50% do PPCI, bem como o uso de máscaras durante a permanência dentro do estabelecimento, exceto, durante o consumo de alimentos e bebidas.

§3º No caso de locais de eventos, casas noturnas, bailes, bares e similares, com pista de dança, será obrigatória a comprovação do esquema vacinal completo contra covid-19, respeitada a ocupação máxima de pessoas de 50% do PPCI, o uso obrigatório de máscaras, a disponibilização de álcool em gel no mínimo 70%, devendo ser observados os requisitos do § 5º deste artigo;

§4º Fica permitido a musica ao vivo, conforme limite de decibéis permitido, com o uso de máscaras durante a permanência dentro do estabelecimento, exceto, durante o consumo de alimentos e bebidas.

§5º serão respeitados os seguintes requisitos, até nova reavaliação semanal:

local fechado – até 200 pessoas, ocupação máxima de pessoas é de 50% do PPCI;

local fechado – com mais de 200 pessoas, ocupação máxima de pessoas é de 50% do PPCI, com a apresentação de plano de ação e autorização do Comitê Municipal de Enfrentamento a Covid 19;

local aberto – até 400 pessoas, ocupação máxima de pessoas é de 50% PPCI e, deve-se solicitar autorização do Comitê Municipal de Enfrentamento a Covid 19;

local aberto – com mais de 400 pessoas, ocupação máxima de pessoas é de 50% do PPCI, com a apresentação de plano de ação e autorização do Comitê Regional de enfrentamento a Covid.

Qualquer evento diferente do estabelecido neste Decreto, somente poderá ocorrer com a avaliação e autorização do Comitê Municipal de Enfrentamento a Covid 19;"

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

CENTRO ADMINISTRATIVO JOSÉ ALCEBÍADES DE OLIVEIRA, em 27 de janeiro de 2022.

JACQUES GONÇALVES BARBOSA
Prefeito

Publicado por:

Saieli do Nascimento Jacques

Código Identificador:4EF1CC57

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul no dia 31/01/2022. Edição 3244

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/famurs/>